

SCHULZ, Dora; GRIESBACH, Heinz. *Deutsche Sprachlehre für Ausländer*.
München, Hueber, 1954 (zitiert nach: 1968).

**A HISTÓRIA E A IDEOLOGIA NAS RELAÇÕES DE CONTATO
ENTRE BRASIL E ALEMANHA:
CONTRIBUIÇÕES PARA O ENSINO
DE UMA LÍNGUA ESTRANGEIRA**

*Carmen Zink Bolognini**

Abstract: This paper contextualizes the teaching and learning of German as a foreign language in Brazil in the socio-historical field of colonial and post-colonial discourse. On the basis of three illustrative texts, from 1620, 1855 and 1998, it discusses the Interlocutionary Positions (*Lugares de Interlocução*; ORLANDI 1990) assumed by German and Brazilian speakers, as well as the possible consequences for the teaching and learning of German as a foreign language.

Keywords: German as a foreign language in Brazil; Colonial and post-colonial discourse; History: its significance for the teaching/learning of foreign languages.

Zusammenfassung: Dieser Aufsatz kontextualisiert den Unterricht und Erwerb von Deutsch als Fremdsprache in Brasilien im sozio-historischen Feld des kolonialen und post-kolonialen Diskurses. Ausgehend von drei illustrativen Texten, einem von 1620, einem von 1855 und einem von 1998, werden die von deutschen und brasilianischen Sprechern eingenommenen Interlokutionsorte (*Lugares de Interlocução*; ORLANDI 1990) sowie die möglichen Konsequenzen für den Unterricht und Erwerb des Deutschen als Fremdsprache diskutiert.

Stichwörter: Deutsch als Fremdsprache in Brasilien; Kolonialer und post-kolonialer Diskurs; Geschichte: ihre Bedeutung für den Fremdsprachenunterricht/-erwerb.

Palavras-chave: Alemão como língua estrangeira no Brasil; Discurso colonialista e pós-colonialista; História: seu significado para o ensino/aprendizado de línguas estrangeiras.

* A autora é professora doutora do Departamento de Linguística Aplicada, Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), da Universidade Estadual de Campinas. Endereço da autora: UNICAMP, IEL, Departamento de Linguística Aplicada, CEP 13081-100 Campinas, SP.

0. Introdução

Este trabalho se insere em um contexto no qual a atenção dos profissionais da área de ensino/aprendizagem de uma Língua Estrangeira (LE) se volta para a necessidade de que perspectivas sócio-históricas sejam incluídas no momento de preparar o sujeito-aprendiz para falar a LE. A sugestão desse trabalho é que o foco da pesquisa nesses aspectos rediscuta a concepção de sujeito, e a própria concepção de linguagem, no sentido de relacioná-las à história.

O objetivo desse trabalho é fornecer subsídios para profissionais envolvidos em pesquisas sobre o ensino/aprendizagem de uma LE a respeito da maneira pela qual as relações de contato entre falantes nativos de línguas maternas diferentes podem ser definidas pela história. Para tanto, é necessário explicitar o conceito de aprendiz com o qual trabalho, ou melhor, ancorar o conceito de aprendiz a uma concepção de sujeito. De acordo com M. PÊCHEUX (1969), o sujeito é definido a partir do lugar que ele ocupa na cadeia discursiva, o Lugar de Interlocução (LI) (BOLOGNINI 1996), historicamente determinado por meio do discurso.

A metodologia de análise da qual lançarei mão para investigar a maneira pela qual o LI de brasileiros e alemães foi constituído historicamente, e a maneira pela qual essa história define relações de contato em LE, é descrita por S. SERRANI (1993). A autora estuda o processo de re-inscrição de traços de outros discursos em um discurso, introduzindo a noção de Ressonância Interdiscursiva de Significação para definir os processos parafrásticos presentes nos discursos. Ocorre uma Ressonância Interdiscursiva de Significação entre as seqüências quando há um efeito de vibração semântica mútua entre elas.

Os dados desse trabalho provêm de duas fontes: dados de arquivo, e dados obtidos em conversações entre estudantes brasileiros,

aprendizes de alemão como LE, e estudantes alemães, aprendizes de português como LE. A análise dos dados será feita a partir da investigação dos Sintagmas Nominais (SN) compostos por um nome e seus atributos, que apontem para o LI ocupado por brasileiros e alemães. Os dados de arquivo serão compostos por 2 documentos: um privado, uma carta escrita por um alemão no Brasil; e um documento público, um artigo publicado em um jornal tanto no Brasil como na Alemanha. Esses dados de arquivo foram selecionados devido ao fato de ilustrarem a maneira pela qual, em uma primeira instância, foram instaurados efeitos de sentido a respeito do Brasil (cf. ORLANDI 1991), e, em uma segunda instância, a maneira pela qual esses efeitos de sentido foram estabilizados no discurso tanto de alemães, como dos próprios brasileiros.

Finalizarei a análise dos dados apresentando as ressonâncias interdiscursivas de significação dos atributos que marcam o LI de brasileiros e alemães, instaurado em outra época, ocorridas em uma relação de contato conversacional travada entre estudantes brasileiros e alemães, e discutirei as suas implicações para o ensino de uma Língua Estrangeira. Trabalho com as noções de Discurso Fundador, Discurso Colonialista (cf. ORLANDI 1990), constituição e estabilização de Efeitos de Sentido (cf. ORLANDI 1995) e com a concepção de sujeito que fala a partir de um LI, sendo que uma das marcas históricas dos traços que definem esse LI será discutida aqui.

1. Relações de Contato: Discurso Fundador e Discurso Colonialista

De acordo com ORLANDI (1995), uma das características principais do quadro teórico da Análise do Discurso é a sua ancoragem a uma concepção de sujeito. A autora afirma que é no sujeito que o

discurso se realiza, uma vez que é ele quem coloca o discurso em movimento. É de particular importância ressaltar a questão da alteridade na constituição dos sujeitos, porque, ao colocar o discurso em movimento, o sujeito estabiliza o discurso que o constituiu, e constitui outros sujeitos a partir desse discurso. Ou seja, a relação do sujeito com o discurso é dupla: ele, ao mesmo tempo que é constituído pelo discurso, também constitui outros sujeitos para falarem a partir do seu LI. Sendo estabilizador de um discurso, o sujeito é estabilizador de uma história, de uma ideologia.

O LI de brasileiros e alemães em suas relações de contato foi constituído historicamente pelo discurso durante os primórdios das relações de contato entre a Europa, da qual a Alemanha faz parte, e o Novo Mundo, do qual o Brasil faz parte. Essas primeiras relações de contato se deram em contextos nos quais o Discurso Fundador, em uma primeira instância, e o Discurso Colonialista, em uma segunda instância, constituíram LIs (cf. ORLANDI 1990).

E. ORLANDI (1990: 24) define o Discurso Fundador como sendo aquele que instaura um processo de significação para uma cultura, para uma raça, para uma nacionalidade, instalando as condições de formação de outros discursos. O Discurso Fundador a respeito do Brasil, e que definiu o LI de brasileiros em suas relações de contato com alemães, ocorreu durante o período mercantilista da história da humanidade, que se caracteriza pelo empenho das nações européias em procurar fontes de matéria-prima e mercados consumidores para seus produtos (cf. ARENDT 1957). Para tanto, essas nações investiram seus esforços na procura por novas terras, que ocupariam, de acordo com os relacionamentos institucionais instaurados na época, o LI de colônia. O Brasil estaria entre essas novas terras a serem colonizadas, e como se sabe, com a assinatura do Tratado de Tordesilhas, em 1494 (cf. HOLANDA 1963), foi constituído o efeito de sentido segundo o qual o Brasil seria colônia de Portugal. Isso tem a implicação de

que, antes mesmo de ter contornos físicos, antes mesmo de se saber se essas terras eram habitadas ou não, definiu-se que os seus habitantes falariam a partir do LI de colônia.

E foi dessa forma que as relações de contato entre Brasil e Alemanha foram marcadas por um Discurso Fundador, que lhes definiu LIs: o primeiro, como fazendo parte do grupo dos países a serem colônias, e o segundo, como fazendo parte dos países a serem os colonizadores. Apesar de o Brasil não ter sido, institucionalmente, colônia da Alemanha, e apesar de a história de Alemanha não se pautar pela expansão colonialista (cf. ELIAS 1939), merece ser ressaltado aqui que as relações Europa vs. América foram marcadas, devido ao discurso colonialista, por relações ideologicamente determinadas de tal forma que as nações européias detinham o poder. O Discurso Colonialista trabalha, segundo ORLANDI (1990: 47), tanto a exclusão, como a fixação de sentidos, caracterizando-se, assim, por deter na mão dos colonizadores o poder de ser a fonte da história do território colonizado. Ao fixar-se o sentido de que o Brasil seria colônia, ficou definido que o LI do brasileiro seria aquele que os europeus lhe destinariam, ao contarem a história do Brasil. E é nesse contexto, no qual o europeu atribui LIs para brasileiros, na qual o europeu diz o que o brasileiro é, e ao dizê-lo, estabelece seu próprio LI também, que se configura a ideologia que permeia as relações de contato entre sujeitos representantes dos dois países: o poder do europeu sobre o brasileiro.

2. A História, Efeitos de Sentido, o Lugar de Interlocução do Sujeito

A instauração de efeitos de sentido (Discurso Fundador) e a sua fixação (Discurso Colonialista) é a história. A história como prá-

tica (HENRY 1994), a história que faz sentido (ORLANDI 1990). Os efeitos de sentido são dados pela história, e estabilizados pelo discurso. A relação da produção de efeitos de sentido com a história é dada pelo fato de que, ao falar, o brasileiro e o alemão fazem falar outros discursos, discursos anteriores a eles, em um processo de estabilização dos efeitos de sentido constituídos por esses discursos.

Em termos de ensino/aprendizagem de uma LE considero essa questão fundamental, porque nesse processo, os sujeitos estão sendo formados para utilizarem um outro código, a LE. A questão que fica a partir do momento em que se considera que a história deve ser levada em consideração pelos profissionais envolvidos no processo de ensino/aprendizagem de uma Língua Estrangeira, gira em torno da concepção de sujeito. Se o pressuposto é o de que o sujeito tem sua constituição, seu LI definido historicamente por meio do discurso, qual é o papel dessa constituição no momento em que uma relação de contato se estabelece? O brasileiro e o alemão, por exemplo, são constituídos pelo discurso de tal maneira que eles fazem parte de uma história, que lhes é dada pela sua Língua Materna (LM).

Tendo sido constituído pelo discurso, o sujeito é des-centrado, não é fonte e nem responsável pelos efeitos de sentido que produz. Ele é considerado parte dos processos de produção de efeitos de sentido, porque é no sujeito que eles se realizam (cf. ORLANDI 1990: 29). O sujeito re-inscreve, no seu discurso, os traços de outros discursos que o constituíram: o seu discurso “*se produz como trabalho sobre outros discursos*” (GUIMARÃES 1995: 66). Considerando, assim, que o sujeito é o efeito do pré-construído, do já-dito, que definem o seu LI, quando se pensa em termos de Língua Estrangeira, a re-inscrição de traços no discurso e a conseqüente definição de LIs torna-se mais complexa ainda. A partir do momento em que o sujeito se insere em um processo de ensino-aprendizagem de uma Língua Estrangeira, ele entra em contato com uma outra história, com sujeitos que falam a partir de outro LI. Os discursos que constituíram os sujeitos apren-

dizes de uma Língua Estrangeira, e os discursos que constituíram os sujeitos falantes nativos da Língua Estrangeira são outros, têm sua origem a partir de outros LIs, por vezes opostos, como é o caso de brasileiros e alemães. Os brasileiros falam a partir do LI daqueles que têm a sua história contada a partir de gestos de interpretação feitos pelo europeu, seu colonizador, enquanto que o alemão fala a partir do LI daquele que contou a história do brasileiro, daquele que definiu o LI do brasileiro. As implicações dessas diferentes histórias de ambos para o ensino de alemão como Língua Estrangeira serão apresentadas aqui.

3. A Seqüência Discursiva de Referência

J.J. COURTINE (1981) denomina de Seqüência Discursiva de Referência (SDR) aquela a partir da qual os outros elementos do *corpus* receberão sua organização. Uma SDR não se caracteriza por ser um ponto inicial, mas sim, por permitir que processos de produção de efeitos de sentido e, no caso desse trabalho, constituidores de LIs para os sujeitos, sejam compreendidos. As SDRs que selecionei para a organização do meu *corpus* foram retiradas de uma carta escrita em 1620, cujo autor, conforme veremos, ocupa o LI definido pelo atributo *alemão*. Essa carta foi selecionada por abordar, em um pequeno extrato, os costumes dos habitantes nativos do país. A questão da religiosidade, tanto dos habitantes nativos, como do próprio autor da carta também fica evidente, pois, como ela data de um período no qual a inquisição, na Europa, promovia grandes discussões a respeito de questões que diziam respeito a aspectos religiosos, nela são encontradas ressonâncias interdiscursivas de significação que remetem a esse período.

É importante salientar que, para a minha análise, importa menos verificar o que é dito, com quais atributos os brasileiros são defi-

nidos na carta, mas sim, verificar quais as implicações dos atributos utilizados para a definição de LIs para brasileiros e alemães em suas relações de contato. O intuito é demonstrar que, projetando-se no futuro, a carta de 1620 permite a análise da instauração e estabilização de efeitos de sentido que definem o LI de brasileiros e alemães, de tal forma que suas consequências podem ser observadas em relações de contato conversacionais entre estudantes oriundos dos dois países.

4. Análise dos Exemplos

4.1. Sequência Discursiva de Referência

Exemplo 1:

Esse povo (...) denominado os brasileiros, Índios, Selvagens, Canibais ou Caribenhos (...) se multiplica como o gado irracional, acredita pouco em Deus (...) reza para o Diabo, tem a forma de um ser humano, anda pelado, a não ser aqueles que são espanholizados, que se encontram entre os portugueses ... (retirado de NEUBER 1992)¹

O texto acima, conforme pode ser observado, inicia com um SN *Esse povo*, que tem a função de ser o sujeito gramatical do enunciado. A respeito desse SN são produzidos efeitos de sentido a partir do LI ocupado pelo autor da carta, que refletem uma perspectiva, e não a única possível, a respeito daquilo que foi encontrado nesse Novo Mundo.

O foco do autor da carta trata da religião e dos costumes dos nativos. Sobre a religião, o autor se manifesta utilizando dois seg-

¹ A tradução de todos os textos em alemão para o português é de responsabilidade minha.

mentos: *acredita pouco em Deus e reza para o Diabo*. Deus e Diabo, o bem e o mal, os dois extremos. Ao discorrer sobre a religiosidade dos habitantes nativos a partir do LI do europeu, daquele que está vivendo em um mundo marcado por perseguições, por caças às bruxas, vivendo no mundo da inquisição, o autor da carta produz efeitos de sentido que podem ser qualificados como sendo extremamente negativos para os habitantes nativos do país.

No discurso do sujeito de nacionalidade alemã, o habitante nativo do país é avaliado por meio do padrão de comportamento dado pelos valores da sociedade do sujeito avaliador. Pela alteridade, se ao habitante nativo é alocado um LI com características negativas, aquilo que é avaliado como sendo positivo encontra-se na sociedade do sujeito de origem alemã. Ou seja, na relação de contato entre os sujeitos originários dos dois países, no discurso do sujeito alemão, aquele que ocupa um LI privilegiado, é o alemão.

As consequências do discurso alemão/europeu ficam evidenciadas no texto acima, no enunciado (*esse povo) anda pelado, a não ser aqueles que são espanholizados, que se encontram entre os portugueses*. Esse enunciado aponta para um deslocamento operado no LI do habitante nativo, na medida em que eles modificam o seu comportamento (eles se vestem), aproximando-se, dessa forma, dos espanhóis e portugueses. Há muitos relatos de europeus que se adaptaram aos costumes dos habitantes nativos (cf. RIBEIRO 1995), e, também relatos de situações de confronto entre habitantes nativos e europeus/alemães. Mas, como se sabe, o discurso que vigorou foi o do europeu/alemão, e o discurso silenciado foi o do habitante nativo. Esse processo de silenciamento de um, e estabilização do discurso do outro, do europeu/alemão, ocorre em uma situação determinada ideologicamente pelo poder de um sobre o outro. O silenciamento é uma das manifestações desse poder. A situação descrita na carta, na qual o habitante nativo se vê deslocado, e modificando seu comportamento, é o resultado do silenciamento.

Observa-se que o atributo *espanholizado* qualifica o habitante nativo. O atributo *brasileiro*, que viria a definir os habitantes dessas terras, é empregado, no texto acima, como uma das denominações possíveis para o povo que habitava essas terras. O atributo *espanholizado* denota que, ao modificar seu LI, o habitante nativo entra em uma nova dimensão discursiva, pois não há ainda um termo lexical para defini-lo. Ele já não é mais aquele habitante nativo, seu LI não é mais o do *Índio, Selvagem, Canibal*, e nem é o definido pelo atributo *espanhol*, ou *português*. Seu LI é definido por outro atributo, um derivado da palavra *espanhol*. É nesse LI que o habitante nativo é colocado: como derivado de, mas não como alguém, com um atributo definido.

Observa-se, assim, que na SDR, aqueles que em primeiro lugar receberam o SN “brasileiros”, foram definidos por atributos que lhes asseguravam um LI menos privilegiado quando comparado ao LI do europeu/alemão.

4.2. Ressonâncias Interdiscursivas de Significação da SDR

O exemplo a seguir foi retirado de outro momento da história das relações de contato entre os dois países. Ele data de 1855, época em que discutia-se, no Brasil, a libertação dos escravos, e as suas consequências no que diz respeito ao povoamento do Brasil. Havia sido publicado um contrato de trabalho no Jornal Correio Paulistano, e que seria publicado também em Portugal, Suíça e Alemanha, convidando pessoas originárias desses três países, sendo que apenas 1/3 de Portugal, para virem trabalhar na construção de estradas, na Província de S. Paulo, com o requisito de que *Os operários sejam habituados aos serviços dos caminhos dos seus respectivos países. Ou dados ao serviço de agricultura*². A necessidade dessa resolu-

2 O contrato de trabalho foi publicado no dia 2 de janeiro de 1855.

ção do governo da Província foi questionada por dois deputados, e o texto reproduzido no Exemplo 2 é a defesa em prol da contratação feita pelo editor do referido jornal, publicada a 8 de maio do mesmo ano.

Exemplo 2:

(...) A província toda clama e clamou sempre por boas estradas, como condição indispensável de seu progresso ... (houve) o dispêndio de muitas dezenas de contos anualmente, sem que pudéssemos jamais possuir uma estrada sequer digna desse nome. (...) Por outro lado: a imperícia com que são feitas essas caricaturas de estradas, que temos, não será também um mal, e que cumpre remediar com a maior brevidade possível? Mas possui esta província, e mesmo o império, operários habilitados para esses trabalhos?

Os segmentos acima apresentam dois grupos representados por 2 SNs sendo colocados em oposição: o grupo dos operários que recebem o atributo de serem aqueles que *a província possui*, e o grupo de operários europeus, dentre eles, os alemães. Vale a pena ressaltar, que *os operários que a província possui*, como são denominados no texto, são de origem africana, pois eram os escravos que faziam os trabalhos braçais na época. Conforme discutido por GUIMARÃES (1992), a constituição de 1824 não considerava os escravos como cidadãos brasileiros. Por esse motivo, observa-se que o autor do artigo acima não faz referência aos operários trabalhadores do país como sendo *Brasileiros*, mas sim, como *operários que a província possui*. A esses operários é atribuído o LI definido pelos atributos *não habilitados*, ou *imperitos para construir estradas*.

Atribuir aos *operários que a província possui* o LI definido pelo atributo *não-habilitado* encontraria sua sustentação se considerássemos que o objetivo do articulista, ou do governo da província, era procurar mão-de-obra com formação específica para a construção de estradas. No entanto, conforme citado acima, o requisito exi-

gido não era exatamente esse, pois pedia-se no contrato de trabalho que os operários a serem contratados na Alemanha *sejão habituados aos serviços dos caminhos dos seus respectivos paízes ou dados ao serviço de agricultura*. A apresentação desse requisito por meio de dois enunciados, coordenados pela conjunção *ou*, indica que há, na verdade, duas questões em jogo: a primeira era a explicitada, que tratava da construção de estradas, e a segunda era uma questão não explícita, mas que definia os contornos da primeira, que era a questão do povoamento do país.

Em 1855, os políticos brasileiros já estavam sendo pressionados por outras nações no sentido de acabar com a escravidão do país. Esse gesto, no entanto, traria conseqüências para toda a sociedade brasileira, e uma delas dizia respeito ao povoamento do país. A partir da libertação dos escravos, um grande número de sujeitos, até então nem reconhecidos como brasileiros, passariam a ter direito à propriedade, ao trabalho, etc. Os políticos brasileiros estavam preocupados em povoar o país com pessoas que não tivessem origem africana, ou seja, que as terras não fossem ocupadas pelos escravos, uma vez libertos (cf. as discussões na Câmara dos Deputados em A.L. Cervo 1981). Nesse sentido, a preocupação com o perfil do operário europeu não estava restrita ao *serviço dos caminhos*, mas sim, e talvez principalmente, ao *serviço de agricultura*. Porque a agricultura fixaria esses sujeitos no país, e, conseqüentemente, o povoamento do Brasil seria feito com sujeitos que já tinham um LI privilegiado em relação aos brasileiros, que era o europeu/alemão.

Nota-se, assim, que os atributos que definem brasileiros e alemães nos exemplos 1 e 2 estão apontando para o mesmo LI para os sujeitos. Enquanto que no exemplo 1 os atributos resultantes efeitos de sentido produzidos pelo sujeito de nacionalidade alemã apontam para um LI mais privilegiado para este, no exemplo 2 o sujeito de nacionalidade brasileira promove ressonâncias interdiscursivas de significação desses atributos, e estabiliza, assim, os efeitos de senti-

do feitos anteriormente, em outra época. Ou seja, cerca de dois séculos depois, o LI mais privilegiado continua sendo o dos alemães, quando em relação de contato com brasileiros.

4.3. O contexto de ensino/aprendizagem de alemão como LE

A sala de aula de ensino/aprendizagem de alemão como LE é um dos diversos contextos nos quais relações de contato entre brasileiros e alemães são estabelecidas, mediadas pelos materiais didáticos, confeccionados na Alemanha, ou simplesmente pelo professor.

Gravações realizadas no Brasil, com estudantes brasileiros e alemães, os primeiros aprendizes de alemão como LE, e os segundos aprendizes de português como LE fazendo um estágio no Brasil, permitiram observar que há ressonâncias interdiscursivas de significação de atributos, promovendo a estabilização de efeitos de sentido, que continuam cedendo um LI mais privilegiado aos alemães, como pode ser observado quando os dois estudantes comparam suas duas Universidades:

Exemplo 3:

- | | | | |
|-----|----|--|-------------------------------|
| (1) | B: | <i>você gosta de Campinas?</i> | |
| (2) | A: | <i>sim ... ahn ... principalmente da Unicamp</i> | |
| (3) | B: | | <i>uhnhun</i> |
| (4) | A: | <i>muito bonita</i> | |
| (5) | B: | | <i>Unicamp é muito bonita</i> |
| (6) | A: | <i>relativamente nova ... e ... limpa</i> | |
| (7) | B: | | <i>uhnhun</i> |
| (8) | A: | <i>e ahn bem equipada com máquinas e</i> | |

- (9) B: *é mesmo?*
 (10) A: *sim às vezes não mas na maioria das vezes sim ...*
 (11) A: *uma técnica quase nova*
 (12) B: *técnica nova? na Unicamp? no Instituto de Mecânica?*
 (13) A: *sim³*

Em (1), B coloca uma pergunta, cujo tópico é Campinas, a A, que é respondida em (2) com um deslocamento do foco da cidade, *Campinas*, para a Universidade, *Unicamp*, na qual os dois estudam. Os primeiros atributos com os quais A define a Unicamp referem-se ao seu aspecto (*bonita, nova, limpa*), e com a repetição feita por B em (5), nota-se que há concordância por parte dele com a opinião expressa por A. Em (8), A enuncia outro atributo com o qual define a Unicamp: *é bem equipada com máquinas*, sendo interrompido por B com o enunciado que expressa surpresa *é mesmo?*, em (9). Em (10), A reafirma, modalizando *às vezes não ... mas na maioria das vezes sim ... uma técnica quase nova*, sendo que B, por sua vez, também reafirma o seu descrédito *uma técnica nova? ... na Unicamp? ... no Instituto de Mecânica?*, em (12).

- 3 B: *magst du Campinas?*
 A: *ja ... ahn ... besonders natürlich die Unicamp*
 B: *uhnhun*
 A: *sehr schön*
 B: *Unicamp ist sehr schön*
 A: *relativ neu... und... sauber*
 B: *uhnhun*
 A: *und ahn gut ausgestattet mit Maschinen und*
 B: *findest du?*
 A: *ja ... manchmal nicht ... aber grössten Teils doch...*
 A: *relativ neue Technik*
 B: *neue Technik? in Unicamp? ... in Maschinenbauinstitut?*
 A: *ja*

O descrédito e a surpresa são sinais de que os atributos *técnica nova, bem equipada*, não fazem parte da maneira pela qual B espera ter a sua Universidade definida por A. Porque, historicamente, o novo, o bom, está na Alemanha, e não no Brasil. Ocupar um LI equiparado ao dos alemães não faz parte da constituição histórica dos brasileiros. O discurso que prevaleceu na história do Brasil foi aquele que estabeleceu LIs mais privilegiados para os alemães, sendo que esse discurso teve seus efeitos de sentido estabilizados, e constituiu os próprios brasileiros, como os exemplos 2 e 3 o demonstram.

5. Conclusão

A relação de contato entre brasileiros e alemães no contexto de ensino/aprendizagem de alemão como LE já tem uma história atrás de si. Essa história pode definir os contornos das relações de contato conversacionais ocorridas entre os sujeitos envolvidos no processo de aprendizagem e os falantes de sua LE como língua materna.

O LI historicamente definido dos alemães em uma relação de contato com brasileiros e alemães é mais privilegiado, porque esse efeito de sentido foi produzido sobre o Brasil e brasileiros desde os primórdios do estabelecimento das suas relações de contato. A *marca de nascença do brasileiro*, a marca que caracteriza o seu LI como sendo o de país colonizado, *retorna sempre que ocorrerem as condições adequadas* (ORLANDI 1990). Em se tratando de relações de contato nas quais há a presença do sujeito representante de um país com as características históricas da Alemanha, essas condições recorrem de tal maneira, que o brasileiro, conforme demonstrado no exemplo 3 acima, reluta em ter uma universidade do seu país definida por um atributo que a nivela (mesmo que *relativamente*) a uma outra universidade alemã.

A preparação de alunos de alemão como LE merece ter questões históricas envolvidas, porque falar uma LE implica em trazer toda uma história constituída em Língua Materna para uma relação de contato. Os alunos falam a Língua Estrangeira, mas a partir do LI que lhes é dado pela sua Língua Materna. Ressonâncias Interdiscursivas de Significação de discursos que apontam para os LIs constituídos e estabilizados ao longo da história continuam permeando as relações de contato entre sujeitos oriundos dos dois países.

Essa é uma questão que remete a discussões ideológicas. Se estamos preparando sujeitos para estabelecerem relações de contato com outros, a sala de aula de LE merece ser tratada como um lugar no qual espera-se que deslocamentos sejam operados. O aprendizado de uma LE pode ser responsável por deslocamentos. Seria desejável que o contato com uma outra história, com uma outra cultura por meio da Língua Estrangeira promovesse modificações no LI dos sujeitos aprendizes, e cabe a nós, professores de LE, analisarmos e revermos criticamente nosso papel nesse processo.

Estamos trabalhando ideologicamente no sentido de estabelecermos discursos que assegurem LIs privilegiados para uns em detrimento de outros, ou estamos trabalhando no sentido de revermos esses LIs? Se a constituição e a estabilização de LIs se dá na Língua Materna, fica como questão a ser discutida dentro da LA para o ensino/aprendizagem de uma Língua Estrangeira, se e como a Língua Estrangeira interfere no deslocamento do LI dos sujeitos-aprendizes. O texto acima demonstra que a história é definitiva. No entanto, a possibilidade de que deslocamentos nos LIs dos aprendizes de uma Língua Estrangeira sejam operados é uma das possibilidades com as quais deve-se contar a partir do momento em que os profissionais trabalhem com e reconheçam o papel da história na constituição dos sujeitos.

Referências bibliográficas

- ARENDRT, H. *As origens do totalitarismo* vol. II. Ed. Documentário, 1957.
- COURTINE, J.J. "Analyse do Discours Politique". In: *Langages* 62, 1981.
- ELIAS, N. *O Processo Civilizador* (trad. R. Jungmann). Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1939.
- GUIMARÃES, E. *Os Limites do Sentido*. Campinas, pontes, 1995.
- HENRY, P. "A História não existe?" (trad. José Horta Nunes). In: *Gestos de leitura* (org. E. Orlandi). Campinas, Ed. Unicamp, 29-53, 1994.
- HOLANDA, S.B. *Do Descobrimento à Época Colonial* vol. 2. São Paulo, Ed. Difusão Européia do Livro, 1963.
- ORLANDI, E. *Terra à Vista*. Campinas, Cortez/Ed. Unicamp, 1990.
- NEUBER, W. "Amerika in deutschen Reiseberichten des 16. und 17. Jahrhunderts". In: *Das Bild Lateinamerikas im deutschen Sprachraum*. Tübingen, Niemeyer, 37-54, 1992.
- PÊCHEUX, M. "Análise Automática do Discurso" (1969; trad. E. Orlandi). In: *Por uma Análise Automática do Discurso* (orgs. F. Gadet & T. Hak). Campinas, Ed. Unicamp, 1990.
- RIBEIRO, D. *O Povo brasileiro*. 2ª. ed., São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- SERRANI, S. *A Linguagem na Pesquisa Sociocultural Um estudo da repetição na Discursividade*. Campinas, Ed. Unicamp, 1993.